

FOZ CÔA: O DESERTO DE BETUME E AS FALSAS OPOSIÇÕES*

por

Luiz Oosterbeek**

Aproximamo-nos do desfecho do debate público, nacional e internacional, sobre Foz Côa, a arqueologia e a barragem. O debate foi, e ainda é, uma demonstração vigorosa da força da sociedade civil (e não apenas dos arqueólogos) e, simultaneamente, da inadequação de algumas das estruturas do aparelho de Estado, vocacionadas para a defesa do património (como o IPPAR), para cumprir as suas obrigações legais.

Foz Côa dividiu opiniões, instituições, interesses. Mas nem sempre essa divisão se manifestou nos recortes reais, antes assumindo uma sucessão de falsas aparências que geram potenciais equívocos. Se as contradições forem aprofundadas, contudo, será possível não só salvar a arqueologia do Côa, como melhorar o quadro nacional de protecção ao património.

Em primeiro lugar, não se trata de um confronto entre defensores e opositores das barragens ou das gravuras. Naturalmente, alguns defensores da construção da barragem terão interesse em colocar a questão nestes termos, mas até esta data não houve nenhum defensor das gravuras a negar a importância de definir um plano estratégico de energia e recursos aquíferos. O que é dito, por muitos cidadãos, é que não pode construir-se uma barragem que tem por objectivo ajudar a resolver problemas de curto prazo pagando o preço de destruir um património milenar e único no mundo. Assim, a boa fé dos defensores da barragem deveria conduzir à suspensão dos trabalhos (como a UNESCO, o Governo e o Presidente da República sugeriram) e à elaboração de estudos alternativos para a localização da barragem.

Como é sabido, tal não foi feito pela EDP, existindo embora estudos de hidrogeologia, parcialmente divulgados, que sugerem, por um lado, essa última possibilidade e, por outro, a inelutável destruição do complexo arqueológico se

* Publicado no jornal *Público* de 02-05-1995.

** Doutor em Arqueologia e coordenador da Rede Europeia de Arqueologia.

for submerso. Em conclusão, só há um argumento que poderá justificar a construção da barragem: a sua necessidade absoluta e sem alternativa, para fazer face a faltas de energia ou água para as populações. Até este momento, ninguém o afirmou. E, se for este o caso, há que justificar essa situação: falta de confiança em Espanha e nos outros parceiros da União Europeia?

Em segundo lugar, não se trata de um confronto entre especialistas de arqueologia e especialistas de engenharia ou hidrogeologia. Na verdade, em todo este debate, nem um só “especialista” assegurou a sobrevivência dos vestígios arqueológicos sob a barragem. Naturalmente, houve opiniões com diversos matizes, mas o debate conduziu a um amplo consenso, traduzido na incompatibilidade entre a construção da barragem e a salvaguarda dos vestígios arqueológicos, que só a EDP teima em não reconhecer (porque será?).

Em terceiro lugar, não se trata de apenas mais um caso de vestígios arqueológicos ameaçados. Infelizmente, todos conhecemos casos de quotidiana destruição desses vestígios, muitas vezes perante a inépcia de auto-intitulados “arqueólogos”. Contudo, no vale do Côa, estamos perante um complexo único de arte paleolítica ao ar livre, que se articula com vestígios artísticos e arqueológicos quase ininterruptos, ao longo de 20 mil anos. Destruí-lo é apagar um capítulo do passado não apenas de Portugal, mas de toda a humanidade. Se a barragem submergir o complexo do Côa, com que autoridade poderemos, amanhã, solicitar o reconhecimento de complexos patrimoniais como Évora ou Angra do Heroísmo?

Em quarto lugar, não se trata de uma oposição entre desenvolvimento económico e preservação do património. A barragem de Foz Côa, uma vez construída, dificilmente criará tantos postos de trabalho como um plano arqueológico e de turismo cultural. Mais ainda, o impacto indirecto em Vila Nova de Foz Côa será, seguramente, muito menor no caso de a barragem ser construída. O sector terciário, em especial, poderá conhecer um crescimento enorme em torno da arqueologia, além da manutenção da produção vinícola e de outras actividades do sector primário. Existem exemplos, na Europa e no mundo, de rentabilização económica do património arqueológico, por vezes em casos bem menos “espectaculares”.

Em quinto lugar, não se trata de uma opção entre uma solução ideal mas incomportável financeiramente (a não construção da barragem) e uma solução de “compromisso” e adaptada aos nossos recursos financeiros de forma mais “realista”. É estranho que uma empresa pública, a EDP, se permita ignorar as indicações do Governo no sentido de abrandar os trabalhos e que agora ignore a posição do Presidente da República, alegando que tal abrandamento seria um acto de má gestão.

A gestão do vale do Côa não é meramente contabilística, resulta de opções políticas do Governo. A boa gestão dos empreendimentos públicos exige, designadamente, que se tenha em conta as opções políticas do Governo. Caso o

Governo opte por não submergir a área com a barragem, deverão ser encontradas alternativas para o financiamento quer das carências energéticas do país, quer de um parque arqueológico no vale do Côa. No âmbito da União Europeia e de outros organismos internacionais de que Portugal faz parte, serão sem dúvida encontradas essas alternativas financeiras.

Em sexto lugar, não é uma questão que constitua reserva de arqueólogos ou outros especialistas. Embora o IPPAR, depois de um momento inicial de quase absoluto desleixo, tenha erigido o vale do Côa em reserva de arqueólogos e da EDP, a verdade é que só tem sentido preservar aquele vale, aquele património, para usufruto do conjunto da sociedade. Reservá-lo para alguns estudos técnicos e submergi-lo é socialmente inaceitável e constitui, talvez, a dimensão mais negra dos projectos atribuídos à EDP.

Numa altura em que metade da população se auto-exclui dos processos eleitorais (conforme um estudo recente divulgado pela SIC) e em ano de eleições, a concretizar-se este cenário, ele revelaria um desprezo enorme pela população, que tem tanto direito a usufruir daquele espaço como quaisquer especialistas (sendo necessário tomar medidas de protecção contra vandalismos que, fruto de acções individuais, possam retomar a acção voraz das máquinas da EDP).

Que a decisão do Governo se ilumine, também, nas palavras de Rimbaud: "Do deserto de betume fogem em debandada / por toalhas de brumas escalonadas em bandos horríveis / num céu que se recurva, recua e se abate, / feito da fumarada negra mais sinistra / que o oceano em luto possa formar, / os cascos, as rodas, as montarias, os barcos — a batalha!" (in "Iluminações").